

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A GENERIFICAÇÃO DOS CORPOS: ENTENDIMENTOS DE PROFESSORES/AS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ITABERAÍ-GO SOBRE O SISTEMA SEXO-GÊNERO

Taynara Reges Cardoso¹

Made Júnior Miranda¹

¹Universidade Estadual de Goiás (UEG)

GTT 07 - Gênero

INTRODUÇÃO

Por entre angústias e preconceitos este trabalho teve como margem discutir sobre as questões de gênero. Antes de tudo, esclarecer a sequela da invisibilidade e o peso das tentativas de enquadramento seja pela feminilidade ou masculinidade nas práticas pedagógicas.

Apoiando em autores/as como Butler (2003; 2021), Louro (2001; 2013; 2016) e Miskolci (2016) o trabalho proporcionou não um buscar na origem do termo, mas pensá-lo como efeito do poder diante de uma percepção genealógica que reconhece o sujeito docilizado pelos avanços da sociedade. E ao pensar a respeito do que se pode entender sobre esse efeito do poder nas identidades de gênero, foi preciso refletir sobre o que é posto como “natural”.

A busca pelo entendimento desse objetivo atrelado a binariedade (feminilidade e masculinidade) como sistema presente nas práticas corporais propôs questionar esse diálogo binário sobre o gênero e a Educação Física escolar (Efe) para que seja possível visualizar com a ajuda dos entendimentos de professores/as sobre efeitos do poder que são capazes de moldarem as expressões corporais cúmplices da “naturalidade” cisnormativa compulsória.

Como pergunta central, o trabalho metodologicamente seguindo autores/as como Marconi e Lakatos (2017) utilizou de uma pesquisa qualitativa, exploratória e entrevistas semiestruturadas para compreender qual o entendimento de professores/as (quatro homens e duas mulheres) atuantes na disciplina de Efe dos Anos Finais do

Ensino Fundamental das escolas municipais de Itaberaí-GO a respeito do sistema sexo-gênero atrelado as práticas pedagógicas.

A pesquisa exploratória tem a intencionalidade de buscar referenciais de suporte e as entrevistas semiestruturadas realizadas no final do primeiro semestre do ano de 2022, alcançou seis professores/as de diferentes áreas (Educação Física, Geografia, História e Letras) que estavam atuando nas aulas de Educação Física (EF). Ao todo o município consta com quatro escolas ativas e oportunas para a pesquisa. O trabalho trouxe como garantia a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) seguindo todas as regras necessárias.

Trata-se de um estudo que teve como relevância emergencial a necessidade de contribuir na luta contra o preconceito que invisibiliza as questões de gênero como pauta social, cultural, política, educacional e/ou pessoal ao destacar a escola, uma instituição social capaz de construir, continuamente, indevidas intervenções sociais que lute pela transgressão para desconstruir a norma fixa binária nas aulas de EFe, pois existe uma grande dificuldade em expor oportunidades e dialogar sobre as diferenças nas aulas e ao mesmo tempo vive-se o dualismo da exclusão e inclusão, um paradoxo do desafio no acesso e na permanência de alunos/as considerados/as fora da norma (LOURO, 2001; 2013).

O SISTEMA SEXO-GÊNERO

O sujeito é produzido por uma matriz generificada, ou seja, não há “corpo natural” que preexiste antes do seu contato com o social e cultural. Não tem como fugir dos discursos generificados e não existe um corpo que não seja generificado, assim, as representações de gênero que serão discutidas aqui estão inseridas nos corpos. Essas afirmações com base em Butler (2003) e Salih (2017) facilitam o comprometimento para entender o sistema sexo-gênero nas práticas pedagógicas.

Para Miskolci (2016) essa questão está relacionada com a heterossexualidade compulsória que reforça modelos a serem seguidos. Esses modelos manifestam paradigmas heterossexuais, porém todas as constituições e ações que não se enquadram nesse padrão são consideradas transgressores das normas de gênero e alvo da sociedade. Ou seja, essa heteronormatividade, como ordem sexual, tem como potência organizar

um modelo amoroso/sexual entre homens e mulheres controlando as formas como as pessoas se expressam e se relacionam uma com as outras prevalecendo a ideia de que todas as pessoas sejam criadas para serem heterossexuais.

Mantoan (2017, p. 38) esclarece “Ao estabelecermos diferenças entre pessoas, criamos identidades, fazemos comparações, fixamos modelos [...]” e essas relações excluem algumas expressões corporais, pois elas estão categorizadas como invisíveis e os modelos visíveis são aqueles que se repetem e que ao mesmo tempo se destacam por isso. A identidade é construída e está relacionada com a ideia de representação, aquilo que é visto e vivido.

O sistema sexo-gênero em questão é muito interpretado como sistema patológico ou naturalizado na sociedade, como referenciado na introdução. Esses marcadores, sexo e gênero, são importantes para a construção do sujeito frente as instituições sociais como a família e a escola que seguem formas “cambiantes” como afirma Weeks (2021, p. 80). Envolvidos/as por uma dominância masculina as entrevistas com os/as professores/as revelam a dificuldade de entenderem o que pode ser considerado “natural” e “normal”

Preciado (2016) aponta tanto o sexo quanto o gênero como tecnologias de dominação que a todo o momento diminui os corpos a um processo heterossocial que controla as relações sociais. Essas tecnologias levam as pessoas a modelarem em uma base instável, ao pensar a cultura, por exemplo, torna-se uma ação política de controle sobre os corpos na qual nada pode ser considerado natural.

Para Weeks (2021, p. 52) o sexo tem como função a separação da humanidade entre feminino e masculino, a partir de um processo natural, direcionando a forma como cada um deveria seguir socialmente, ou seja, um termo/sistema que descreve “[...] as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vem como diferenciando homens e mulheres” termo concretizado ao nascer, mas que carrega historicamente e socialmente efeitos do poder.

Como destaque também nos estudos, Rubin (1993) em *O tráfico de mulheres* caracteriza o gênero como produto das relações sociais a partir da sexualidade que é baseada no casamento e na reprodução. A grande questão é que até na contemporaneidade percebe-se que o gênero é classificado como metade, onde o

masculino é incompleto e só se torna completo com o feminino reforçando as diferenças existentes entre o sistema sexo-gênero, mas também algumas similaridades que não se pode deixar levar essas igualdades e diferenças, exclusivamente, como uma questão natural. Essa divisão binária de um ou outro e, um sendo o complemento do outro reforça a repressão existente quando corpos não se encaixam nessas definições, melhor dizendo: “O mesmo sistema social que oprime as mulheres em suas (do sistema) relações de troca, oprime a todo mundo em sua insistência numa rígida divisão de personalidade” (RUBIN, 1993).

Louro (2016, p. 15-16) traz uma percepção sobre o corpo ignorado, estranho, não reconhecido pela sociedade e mostra a naturalização que ocorre do sexo como algo imutável:

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista (LOURO, 2016, p. 15-16).

Durante as entrevistas com os/as professores/as, ocorreram muitas respostas que mostraram a questão sobre o gênero como categoria analítica. Dois entre os seis professores/as destacaram a importância de estudar a temática em sala, pois era fácil enxergar os estereótipos sendo reforçados e que o preconceito continua vivo na realidade dos/as seus/as alunos/as sendo uma luta constante. Os mesmos/as destacaram estarem atentos/as para essas situações e esclareceram que tem o costume de intervirem no que acharem necessário, mas que infelizmente não são todos/as os/as professores/as que estão preparados/as para abordarem sobre as questões de gênero.

No decorrer das respostas, foi notável a tentativa de regulamentação que a grande maioria dos/as professores/as tinham em relação a masculinidade e a feminilidade. Mostraram dificuldade em lidar com alunos/as que expõem serem homossexuais, por exemplo, e que ouvem palavrinhas maldosas, sofrem de brincadeiras

homofóbicas durante os intervalos ou nas práticas pedagógicas, mas ao mesmo tempo, os/as mesmos/as que afirmaram tais situações citaram que a escola, o ambiente escolar não é vítima de violência quanto às questões de gênero. Ou seja, ainda há um acobertamento e um direcionamento privado, proibido quanto aos casos de homofobia. Ainda sim, essas manchas estão sendo configuradas como responsabilidades familiares primeiro e/ou superficialmente da gestão escolar.

Outro ponto a ser enfatizado é a questão da sexualidade que foi trazida ao abordarem sobre a temática da homossexualidade como desvio da norma ou diferente, excêntrico, que alguns e algumas dos/as professores/as trouxeram no decorrer da entrevista. Butler (2003) caracteriza esse discurso como uma questão inteligível, que tem como proposta uma perspectiva de corpo: a lógica da coerência entre sexo, gênero e sexualidade, uma elaboração visível nas falas dos/as professores na tentativa de encaixar os/as alunos no sistema binário que logo está relacionado ao poder e na produção de corpos masculinos e femininos para que continue havendo uma linha tênue entre sexo, gênero e desejo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito da generificação dos corpos, considerando a situação problema e as próprias práticas corporais que reforçam culturalmente o binário e as estratégias de controle de poder sustentado por métodos de correção que concretizam a submissão e a arrogância sobre os corpos e ao pensar também a sociedade atual, observam-se as diversas transformações sociais que o corpo vem passando continuamente e, mesmo sendo sujeitado, explorado pelos processos históricos, é importante valorizar todos/as os/as professores/as que se dispuseram a serem entrevistados/as e por terem compartilhado vivências e dificuldades a respeito das questões de gênero.

Com intuito de esclarecer a não fixidez das descobertas e aventuras dos corpos, destaca-se o efeito do poder sobre os mesmos que até pensado de forma natural, é modulado, generificado e agenciado para se tornar uma categoria de controle social, cultural e político. Este trabalho mostrou uma breve passagem pelo movimento do sistema sexo-gênero juntamente com entendimentos dos/as professores/as a respeito da temática para que leitores/as interessados/as na discussão possa compreender a

categorização de corpos e principalmente a invisibilidade daqueles considerados excêntricos.

A discussão mostrou a possibilidade de entender a noção de inteligibilidade na prática pedagógica e a esperança, nas próprias falas dos/as professores/as, de rompê-la por uma desconstrução na perspectiva biológica e estável. Continuamente há de se acreditar que a escola na sua beleza de formar seres humanos para a vida em sociedade traz como possibilidade para os/as professores/as e ou interessados/as na proposta buscar caminhos plurais que enfatizem uma educação não obscura de fixidez na identidade entendendo as práticas pedagógicas como oportunidade para as diferenças, ganhando dos contextos preconceituosos e discriminatórios durante as aulas de EF.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução GALVÃO, M. E. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org). **Corpo, gênero e sexualidade**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org). **O corpo educado**. Tradução de SILVA, T. T. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 7-42.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. *Inclusão Social*, v. 10, n. 2, 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. SÃO PAULO: Atlas, 2017.
- MISKOLCI, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- PRECIADO, P. B. **Manifiesto contrassexual**. Tradução RIBEIRO, M. P. G. São Paulo: Anagrama, 2016.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres:** Notas sobre a “Economia Política” do sexo.

Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SALIH, S. **Judith Butler e a teoria queer.** Tradução e notas de Guacira Lopes Louro.
Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: Guacira Lopes Louro (org). **O corpo educado.**
Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. P. 45-104.